

Resultados do QREN

Contributos para 2014-2020

Avaliação da Estratégia e do Processo

de Implementação das EEC

Tipologia PROVERE

Porquê esta avaliação?

Os territórios de baixa densidade são, em regra, espaços que se debatem com muitas dificuldades de entre as quais se destacam o envelhecimento populacional, a escassez de atividades económicas, a baixa qualificação dos recursos humanos, a exiguidade do mercado de trabalho, a falta de dinamismo institucional e dos serviços de apoio às atividades, entre outras. Estas dificuldades conduzem estes territórios a um ciclo vicioso de perda de competitividade.

A política pública EEC-PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos), concebida e implementada no âmbito do QREN, tem por objetivo quebrar o ciclo vicioso decorrente das dificuldades descritas, procurando fomentar a competitividade dos territórios de baixa densidade através da dinamização de atividades económicas inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos.

Até ao final de 2013, foram apoiados 24 PROVERE e mais de seis centenas de projetos previstos nos respetivos Programas de Ação, envolvendo um investimento superior a 500 milhões de euros (3/5 dos quais realizados por atores privados) e fundos comunitários no valor de 299,7 milhões de euros.

Principais resultados da avaliação

O processo de reconhecimento das EEC-PROVERE foi, de um modo global, adequado, envolvendo uma fase de ações preparatórias e contando com o apoio de uma Comissão de Avaliação e, em alguns casos, de peritos externos.

A política de apoio aos territórios de baixa densidade apresentou objetivos abrangentes e ambiciosos que foram perdendo rumo na fase de operacionalização, tornando desajustadas as expectativas inicialmente previstas.

O quadro de medidas permitiu a disponibilização de montantes significativos para o apoio a projetos âncora, complementares e de gestão da parceria. No entanto, verificaram-se dificuldades na operacionalização da maioria dos acessos preferenciais previstos para o financiamento dos PROVERE no âmbito dos fundos comunitários.

Foram identificados importantes efeitos ao nível da cooperação entre atores, da inovação, da atratividade e da identidade dos territórios. No entanto, a experiência reduzida das entidades líderes dos consórcios e das equipas técnicas responsáveis pela gestão das estratégias em temáticas relevantes para a indução de eficiência coletiva, bem como a fraca cultura de cooperação existente nos territórios em questão, limitaram os efeitos que poderiam ter sido gerados.

Principais recomendações dos avaliadores

Os objetivos do Programa, orientados para a revitalização e dinamização da competitividade e atratividade de territórios imersos num ciclo vicioso de perda de capital humano e de défice de investimento em atividades de base inovadoras, são reconhecidos como fundamentais e devem ser assumidos como uma prioridade incontornável das futuras políticas de desenvolvimento regional.

Importa manter a abordagem essencialmente *bottom-up* e assente na valorização de recursos endógenos tendencialmente inimitáveis dos territórios, envolvendo os agentes dos territórios, públicos e privados, na construção e na implementação das estratégias, garantindo a existência de condições operacionais para que estas sejam bem-sucedidas.

A política de apoio aos territórios de baixa densidade deve ser consistente e continuada, assentando num período temporal de médio prazo (2014-2020), levando em consideração as boas práticas do passado (nomeadamente no âmbito dos Centros Rurais, das AIBT e do PROVERE) e estando alinhada com as prioridades destes territórios.

Sugere-se o lançamento de um novo processo de reconhecimento no âmbito do qual possam candidatar-se atuais e novos atores e esteja prevista a possibilidade de não reconhecimento de algumas das EEC-PROVERE anteriormente reconhecidas.

Importa criar condições para que se evidenciem, no decurso do novo processo de reconhecimento, estratégias realistas, maduras, comprometidas com os resultados e que demonstrem capacidade de contribuir para os objetivos definidos. Para isso, será necessário garantir maior rigor, nomeadamente através da introdução de limites máximos relativos às dotações orçamentais e da utilização de critérios mais objetivos na análise da maturidade dos projetos, do consórcio e do modelo de governação.

Face às exigências de uma abordagem integrada, considera-se fundamental a existência de um grupo de trabalho que garanta a coordenação entre decisores políticos e executores do futuro instrumento de política pública.

Recomenda-se a adoção de um modelo de avaliação comum a todas as CCDR e envolvendo peritos externos, que seja consequente ao nível da responsabilização em caso de não cumprimento.

Deve ser assegurado o reforço dos saberes dos quadros técnicos envolvidos nas atividades de animação e gestão da parceria em temáticas relevantes para os processos de eficiência coletiva (incluindo o conhecimento sobre os instrumentos de financiamento), bem como a sua dedicação exclusiva a estas atividades de cooperação no seio dos consórcios.

Ficha técnica do Estudo

Período de realização do estudo: Março a Dezembro de 2013

Equipa de avaliação: Sociedade Portuguesa de Inovação

Entidade adjudicante: Observatório do QREN/Secretaria-Geral do Min. das Finanças

Método de adjudicação: Concurso Público

Custo: 84.450 euros.

Mais Informações em:

<http://www.observatorio.pt/>